JULHO / 2018

INTERNACIONAL

EUROPA

Conforme a agência Eurostat, numa primeira estimativa, o PIB da zona do euro no segundo trimestre de 2018 avançou 0,3% sobre o trimestre anterior. A previsão era de um avanço de 0,4%. Na base anual a evolução foi de 2,1%.

Já a taxa de desemprego manteve-se em 8,3% em junho, enquanto a inflação do consumidor, em julho foi de 2,1%, em levantamento preliminar.

Em sua última reunião realizada no final de julho, o BCE manteve novamente em 0% a sua taxa básica de juros e em -0,4% a taxa de depósitos e reiterou que decidiu encerrar no final deste ano o programa de compra de títulos, sendo que entre outubro e dezembro planeja comprar 15 bilhões de euros em títulos, por mês.

Na Inglaterra, ainda membro da União Europeia, o banco central decidiu elevar a sua taxa básica de juros de 0,5% para 0,75% ao ano, em decisão unânime.

EUA

Conforme a primeira estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no segundo trimestre de 2018 subiu à taxa anual de 4,1%, no ritmo mais forte em quase quatro anos. O avanço foi impulsionado pela recuperação nos gastos dos consumidores, nas exportações e no investimento empresarial.

Quanto ao mercado de trabalho, a criação de vagas de trabalho não agrícola em julho foi de 157 mil novos postos, quando a expectativa era de 193 mil. A taxa de desemprego, que era de 4% em junho caiu para 3,9% em julho. Já os salários subiram 0,26% em relação ao mês anterior, acumulando alta de 2,7% em um ano.

Em relação à taxa básica de juros, o FED decidiu mantê-la no intervalo entre 1,75% e 2%, em reunião no primeiro dia de agosto. No comunicado após a reunião afirmou que os EUA crescem em ritmo forte.

Em julho, continuou causando apreensão a "guerra" comercial iniciada pelo governo Trump ao elevar as tarifas de importação sobre os produtos siderúrgicos e de alumínio, e ao taxar importações da China, por enquanto.

ÁSIA

Na China, o PIB do segundo trimestre de 2018 cresceu 6,7% na base anual, dois décimos acima do alvo do governo.

No Japão, o banco central manteve, em sua reunião no final de julho, inalteradas as diretrizes de política monetária ao deixar a taxa de depósitos em -0,1% e continuar com o programa de comprar títulos em um ritmo anual de 80 trilhões de ienes.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÀVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,85% a.a. no final de junho, terminaram julho o com rendimento de 2,96% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,32% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de julho com rendimento de 0,44%. Paralelamente, no mês, o dólar se manteve estável perante o euro e se valorizou 0,99% perante o yen, por exemplo.

Já as bolsas internacionais tiveram em julho um mês de altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) avançou 4,06% no mês, a inglesa (FTSE 100) subiu 1,46%, a do Japão (Nikkey 225) 1,12%, e a americana (S&P 500) 3,60%, atingindo a máxima de cinco meses.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês de julho 6,53%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o Banco Central, a economia brasileira decresceu 3,34% em maio, frente a abril. Na comparação anual a queda foi de 2,90% sem os ajustes sazonais. Também afetada pela greve dos caminhoneiros, o setor de serviços caiu 3,8% frente a abril e 16,6% em relação a 2017. Em junho, a produção industrial do Brasil se recuperou e subiu 13,1% frente a maio e 3,5% na comparação anual.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12,7% no trimestre encerrado em maio, recuou para 12,4% no trimestre encerrado em junho, com 13 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.198,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 13,5 bilhões em junho. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 89,8 bilhões.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 397,2 bilhões (5,94% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 487 bilhões (7,28% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em março R\$ 5,16 trilhões (77,2% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu em julho 0,33%, depois da alta de 1,26% em junho. Em doze meses, a alta acumulada foi de 4,48% e no ano de 2,94%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,25% em julho e acumulou alta de 3,61% em doze meses e de 2,83% no ano.

JUROS

Em sua reunião no primeiro dia de agosto, o Copom por unanimidade decidiu manter a taxa Selic em 6,50%, e ainda por conta da paralização no setor de transporte e da piora do cenário externo não deu indicação de quando pretende mexer nos juros .

Na ata da reunião, o BC reconheceu que o processo de alta dos juros nos EUA gera riscos para os mercados emergentes e preferiu não sinalizar os próximos passos da política monetária.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de julho cotada em R\$ 3,75, com uma desvalorização de 2,62% no mês.

Em junho, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$ 435 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 13,9 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 6,5 bilhões em junho e acumularam US\$ 64,3 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 379,5 bilhões no final do mês.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em julho de 2018 um superávit de US\$ 4,22 bilhões, o que elevou o resultado no ano para US\$ 34,16 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de julho acabou sendo o do IDkA 20A com alta de 4,64%, seguido do IMA-B 5+ com alta de 3,15%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a variação no mês foi de 8,87%, acumulando no ano alta de 3,69% e em doze meses alta de 19,10%. O índice encerrou julho em 79.220 pontos.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Permanecem os temores com os desdobramentos da "guerra" comercial iniciada pelo governo Trump, ao mesmo tempo em que a economia americana mostra robustez, principalmente no mercado de trabalho, onde a taxa de desemprego se encontra nas mínimas histórica. Embora a intenção do FED seja a de elevar a taxa básica de juros em ritmo gradual, pressões inflacionárias, como as decorrentes de uma eventual alta maior do petróleo, poderão mudar esse quadro e trazer maior volatilidade para os mercados e para os ativos dos países emergentes, principalmente.

MERCADO NACIONAL

Embora a inflação tenha voltado a se enfraquecer e em doze meses permaneça abaixo da meta do Banco Central, do lado fiscal a situação continua preocupante. Enquanto a evolução das receitas continue condicionada pelo baixo crescimento econômico, o crescimento das despesas segue avançando. Assim, no curto prazo, os mercados financeiro e de capitais permanecerão tendo seu desempenho altamente vinculado às eleições.

Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, o nosso Comitê de Investimento deliberou aconselharmos a manutenção de 15% na exposição aos fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) passamos recomendar uma exposição de 30% e não mais de 20%, por conta do melhor desempenho nas pesquisas dos candidatos bem vistos pelos mercados. E para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's diminuímos a alocação sugerida de 35%, para 25%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo).

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, também por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se refle em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais suprem a meta atuarial.

Dessa forma, mantivemos em 10% a sugestão de alocação em fundos multimercado e reduzimos de 5% para 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado. Em compensação e tendo-se em vista o potencial de valorização do segmento com a eleição de candidato prómercado elevamos a recomendação do investimento em ações de 10% para 15%.

Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
Renda Fixa	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) **	0%
Gestão do Duration	15%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A	30%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	25%
Renda Variável	30%
Fundos de Ações	15%
Multimercados	10%
Fundos em Participações	2,5%
Fundos Imobiliários	2,5%

^{**} Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.